

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL E INOVAÇÕES CONCEITUAIS: LIMITES E POTENCIALIDADES

Marcelo Miná Dias¹

RESUMO

Este artigo recorre à literatura recente para analisar potencialidades e limites da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O objetivo é apresentar o contexto sociopolítico que possibilitou sua emergência e discutir concepções, princípios e opções políticas que compõem o discurso da política. Ao dialogar com a literatura recente sobre o tema, enumera-se uma série de questionamentos que apontam para uma agenda de pesquisa sobre a implementação desta política pública.

Palavras-chave: Extensão rural. Desenvolvimento rural. Políticas públicas.

PUBLIC POLITICS OF AGRICULTURAL EXTENSION AND CONCEPTUAL INNOVATIONS: LIMITS AND POTENTIALITIES

101

ABSTRACT

This article reviews the recent literature to analyze potentialities and limits of the implantation of the National Politics of Technical Assistance and Agricultural Extension. The objective is to present the social and political context that made its emergency possible and to argue about the conceptions, principles and politic options that compose the speech of the politics. When dialoguing with recent literature on the subject, a series of questionings is enumerated with respect to a research agenda on the implementation of this public politics.

Key words: Rural extension Services, Rural Development, Public Politics.

.....
¹ PhD em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa minad@ufv.br

1. INTRODUÇÃO

Os serviços de assistência técnica para a agricultura são essenciais no processo de inovação produtiva. Esses serviços, conhecidos como “extensão rural”, estão historicamente associados a importantes mudanças nos modos de produção agropecuária, estabelecendo, a partir de sua intervenção, canais de comunicação entre produtores rurais e centros de pesquisa e de ensino. Vários estudos apontam o vínculo entre extensão rural e políticas de promoção do desenvolvimento rural. Promover o desenvolvimento rural a partir do Estado parece depender da existência e da capacidade de intervenção de profissionais que orientem localmente as mudanças propostas em termos de políticas públicas.

102 Desde seu surgimento, no final da década de 1940, a extensão rural passou por diversas orientações políticas, variando concepções, missões institucionais, métodos de intervenção, público preferencial, capacidade de operação, dentre outras características. Nos últimos anos, os serviços públicos de extensão rural vêm novamente passando por mudanças significativas, determinadas por inovações nas políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural postas em prática, a partir de 2003, pelo Governo Lula.

O objetivo deste artigo é recorrer à literatura recente para discutir a situação atual do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural, à luz das inovações institucionais propostas pelas políticas públicas de desenvolvimento rural, particularmente pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Uma questão orientará a discussão elaborada a seguir: qual contexto possibilitou o surgimento de uma política pública de extensão rural comprometida com um ator social específico _ os agricultores familiares _ e com uma matriz produtiva ambientalmente orientada – inspirada nos princípios da agroecologia?

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A EXTENSÃO RURAL E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Entendemos por política pública o processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos,

no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na visão dos gestores públicos, merecem ser enfrentados. Neste sentido, as políticas públicas tornam-se estratégias que viabilizam e orientam a intervenção do Estado (OFFE, 1984). Na prática, elas assumem a forma de estratégias de ação, ou seja, planos, programas ou projetos que geralmente contêm um diagnóstico sobre determinado problema e *uma* proposta para solucioná-lo. Representam, portanto, *uma* visão sobre o problema e uma proposição para enfrentá-lo. Além disso, significam a eleição de determinados problemas e a exclusão de outros. Por isso, longe de representar consensos, as políticas públicas são arenas de disputas sobre projetos políticos em competição (FARIA, 2003). Idéias e interesses dissonantes geram disputas sobre a prerrogativa de orientar a ação dos governos, configurando a autonomia relativa destes na definição de suas próprias estratégias de ação. Assim, torna-se uma questão a ser compreendida, em cada caso, o papel do governo na definição, formulação e implementação de políticas públicas (SOUZA, 2006).

Uma política pública também é um documento, um texto que apresenta aos gestores públicos, aos profissionais que implementam a política e ao público em geral, as estratégias deliberadas, os conceitos e princípios estabelecidos, os objetivos definidos etc. Os documentos das políticas públicas representam importante fonte de pesquisa para compreensão do sóciogênese da política, da leitura da realidade adotada, da justificativa para a definição ou delimitação do problema e da elaboração da estratégia de enfrentamento proposta. No caso aqui analisado, tomaremos como documento de referência o texto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, publicado no final de 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A extensão rural no Brasil esteve historicamente associada a intenções governamentais de promoção de mudanças nos sistemas produtivos agropecuários (DIAS, 2007). Essas mudanças foram quase sempre definidas em obediência a opções econômicas que projetavam na agricultura uma função importante no processo de desenvolvimento econômico desencadeado a partir do segundo pós-guerra (MARTINE, 1990). Modernizar os sistemas produtivos agropecuários significava

gerar divisas com exportação de produtos primários, e liberar mão de obra para o desenvolvimento das cidades e estender ao campo um mercado de consumo de bens agropecuários – insumos agrícolas e máquinas (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Aos serviços públicos de extensão rural foi projetada a tarefa de levar conhecimentos e inovações tecnológicas aos agricultores, convencendo-os a aderir a padrões produtivos modernos (RODRIGUES, 1997).

104 No Brasil dos anos 1970, sob regime autoritário, os extensionistas foram os principais agentes responsáveis por colocar em prática uma concepção limitada sobre o desenvolvimento rural, aquela que o restringe à modernização dos processos produtivos por meio da difusão de inovações tecnológicas, desconhecendo ou desconsiderando especificidades ambientais e culturais. O difusionismo tornou-se a estratégia orientadora da ação extensionista no período. A missão extensionista era o aumento da produção agropecuária e da renda do produtor por meio da difusão e adoção de tecnologias modernas, geralmente dispendiosas para o agricultor – porém subsidiadas por meio de crédito agrícola barato – e poluidoras do meio ambiente (BRANDENBURG, 1993). O processo de desenvolvimento baseado nesta concepção teve graves consequências negativas. Aumento da pobreza no campo, concentração da propriedade da terra, êxodo rural não planejado, aumento populacional das periferias urbanas e problemas ambientais generalizados foram algumas das consequências (ALTIERI & MASERA, 1997).

A partir do processo de democratização política nos anos 1980, quando se tornaram conhecidos os efeitos perversos do processo de modernização parcial dos espaços agrícolas brasileiros, teve início uma ampla diversificação dos serviços de extensão rural. Naquele momento, organizações não governamentais, organizações de movimentos sociais, acadêmicos e militantes políticos impulsionaram diversos questionamentos sobre o papel do extensionista como agente de promoção do desenvolvimento. O diagnóstico elaborado por esses atores era que os serviços públicos de extensão rural já não podiam mais se limitar à concepção seletiva e conservadora de desenvolvimento.

Havia um enorme contingente de agricultores e trabalhadores rurais que, à margem dos benefícios do processo de modernização, permaneciam na pobreza. Expropriados da condição de permanência produtiva na terra, migravam para os centros urbanos em busca de sobrevivência e oportunidades (GARCIA, 1989, MARTINS, 1991).

Neste momento, a extensão rural foi desafiada a rever seu *ethos* original. A ênfase no difusionismo e a quase exclusividade de atendimento a agricultores mais capitalizados contrastava com demandas sociais que pressionavam o Estado a elaborar respostas em forma de políticas públicas. No início dos anos 1990 os agricultores empresariais já não dependiam de serviços públicos de extensão rural para inovar tecnologicamente e conduzir seus negócios (MÜLLER, 1989). A inovação tecnológica, para esse setor, poderia ocorrer de forma mais rápida e eficiente recorrendo-se, por exemplo, aos departamentos técnicos de empresas do setor. Outra demonstração da irrelevância desse tipo de serviço foi a extinção em 1990 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) que coordenava o serviço em todo o país, conferia certa homogeneidade estratégica à ação extensionista e organizava, a partir do governo federal, a distribuição de recursos às unidades estaduais².

105

Na ausência de uma política pública de extensão rural, o serviço passou a ser responsabilidade dos governos estaduais e municipais e de uma miríade de entidades e organizações não governamentais (ONG). A perda de coesão sistêmica, no entanto, favoreceu a inovação nas práticas extensionistas, principalmente por meio da ação de ONG que passaram a trabalhar com agricultores mais pobres e a utilizar, em alguns casos, metodologias inovadoras e participativas (DIAS, 2004). O enfraquecimento da tutoria do Estado também possibilitou inovação em diversas Emater, principalmente nos estados da federação com forte presença de organizações políticas da agricultura de base familiar (MASSELLI, 1998). Em meados dos anos 1990, atendendo a pressões de

.....
² As unidades estaduais são denominadas em quase todo o país de “empresas estaduais” de assistência técnica e extensão rural, reconhecidas pela sigla “Emater”.

organizações desses agricultores, referendadas por perspectivas políticas de agências multilaterais de desenvolvimento, o governo federal lançou a primeira política pública voltada aos agricultores de base familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (BRUNO & DIAS, 2004).

Além de nova fonte de recursos, o Pronaf abria um novo campo de atuação para a extensão rural pública. O programa previa o pagamento à assistência técnica aos projetos de crédito rural, inclusive os desenvolvidos em assentamentos de reforma agrária. Havia, neste caso, um claro incentivo à definição de um público específico para os serviços públicos de extensão rural: a agricultura de base familiar. Um incentivo que contrastava com o tipo de formação profissional dos extensionistas, geralmente direcionada à agricultura moderna e empresarial, baseada nos preceitos da revolução verde (LEAL & BRAGA, 1997). Vários estudos, no entanto, comprovam que, apesar dos incentivos e mudanças conceituais propostas pelas políticas públicas, os extensionistas continuaram a trabalhar preferencialmente com os agricultores mais capitalizados difundindo pacotes tecnológicos modernos (FECAMP, 2002, ROMANO & BUARQUE, 2001, Brasil, 2003).

106

3. AS MUDANÇAS PROPOSTAS E AS QUESTÕES SUSCITADAS

Com o Governo Lula, a partir de 2003, ocorreram mudanças significativas nas políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural. No entanto, permaneceu a dualidade histórica que remete a indefinições sobre o modelo, padrão ou estilo de desenvolvimento que se quer promover a partir da ação governamental. Por um lado, as políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) defendem o subsídio estatal à agricultura empresarial moderna, baseada na produção de *commodities* à exportação. Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) dedica-se ao público amplo da agricultura familiar e às questões da promoção do desenvolvimento rural, incluindo o combate à pobreza e a implantação de políticas de reforma agrária.

O MAPA é permeável aos interesses políticos e econômicos do amplo

setor chamado de “agronegócio”, favorável à liberalização dos mercados e a um modelo de desenvolvimento fundado na agricultura de ampla escala com uso de insumos industrializados e ausência de preocupação com consequências sócio-ambientais deste modelo (LUZZI, 2005). O MDA é, por sua vez, espaço no qual se expressar a gama de interesses e posições políticas de entidades representativas da agricultura familiar, dos trabalhadores rurais e dos agricultores sem terra. Em ambas as instâncias governamentais são elaboradas políticas e propostas divergentes quanto à promoção do desenvolvimento (DUARTE & SILIPRANDI, 2006).

Para o MDA, os aparatos públicos de extensão rural são estratégicos à execução de políticas públicas que minimizem os efeitos da pobreza no meio rural. Esse aparato público, dilapidado a partir dos anos 1990, começou a ser reestruturado com a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), instituída em 2004. A Pnater resultou de amplo processo de consulta a organizações, extensionistas e representações de agricultores. São pilares da política a definição dos agricultores familiares como público prioritário para a ação extensionista, a gratuidade, universalidade e caráter público dos serviços e a orientação das concepções, métodos e princípios pela agro-ecologia, defendendo a proposta de “transição agro-ecológica” (BRASIL, 2004).

A análise do documento da política permite-nos inferir que seu processo de elaboração, declarado como “participativo”, resultou em um texto-síntese de vários debates que, desde os anos 1980, buscam repensar o papel da extensão rural nas estratégias públicas de promoção do desenvolvimento. O discurso crítico à modernização parcial e conservadora de parte da agricultura brasileira se reflete na adoção do público prioritário, ou seja, os agricultores que não se adequaram, não aderiram ou não foram beneficiados pelo modelo de modernização tecnológica implantado. A esse público devem servir, prioritária ou exclusivamente, os serviços públicos de extensão rural. A proposição é reverter o quadro de abandono e impulsionar processos de desenvolvimento. O discurso elaborado pela Pnater é claro neste sentido:

A consequência desse processo de afastamento do Estado e diminuição

da oferta de serviços públicos de Ater ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo (BRASIL, 2004, pág.5).

108 Sobre o extensionista projeta-se o papel de agente de promoção do desenvolvimento, aquele que possibilita, além do acesso às inovações tecnológicas, o acesso a conhecimentos e a políticas públicas, estabelecendo-se relação entre direitos sociais e promoção do desenvolvimento (SEN, 1999). Os “resultados da pesquisa agropecuária” a serem difundidos devem, de acordo com a Pnater, ser coerentes com os ‘ideais do desenvolvimento sustentável’. Essa concepção reflete debates extensos sobre os impactos sociais e ambientais e a prevalência da concepção de crescimento econômico ilimitado à custa de sacrifícios sócio-ambientais.

As crises econômica e sócio-ambiental, geradas pelos estilos convencionais de desenvolvimento, recomendam uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na *Teoria da Difusão de Inovações* e nos tradicionais pacotes da “Revolução Verde”, substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico, que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos. (...) a transição agro-ecológica, que já vem ocorrendo em várias regiões, indica a necessidade de resgate e construção de conhecimentos sobre distintos agro-ecossistemas (incluindo os diversos ecossistemas aquáticos) e variedades de sistemas culturais e condições socioeconômicas. Isto implica que a Ater, como um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, adote uma missão, objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos deste novo processo (BRASIL, 2004, pág.6).

Apesar de ressaltar o papel do Estado na promoção do desenvolvimento, o documento da Pnater não deixa de reconhecer a pluralidade de agentes (públicos e privados) que praticam formas variadas de extensão rural, chamando-os a compor um “sistema nacional descentralizado de

ATER pública". Ao mesmo tempo, reconhece-se a importância do aparato público estatal constituído, seus limites operacionais e o trabalho molecular desenvolvido há décadas por organizações não governamentais, principais responsáveis por inovações metodológicas nas práticas extensionistas (DIAS & DIESEL, 2000). Embora públicos e gratuitos, os serviços de extensão rural, do modo como imaginados pela Pnater, abrem-se à iniciativa privada com fins públicos, o que de certa forma é coerente com o movimento de terceirização e privatização da ação estatal em diversas áreas.

A nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de ATER Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política (BRASIL, 2004, pág.8).

As entidades representativas (dos agricultores, dos extensionistas e dos diversos segmentos envolvidos pela política) são essenciais ao desenho institucional proposto. A idéia de gestão social da política pressupõe uma qualidade de representação política desses segmentos nas instâncias que têm poder de deliberação sobre os rumos da Pnater.

A gestão da ATER pública será compartilhada entre representantes do governo federal, de instituições dos estados, entidades de representação da agricultura familiar e organizações representativas da sociedade civil que atuem na promoção do desenvolvimento rural sustentável, por meio da participação em diferentes colegiados consultivos, que serão instituídos. Deste modo a execução desta Política Nacional e dos futuros Programas Nacionais de ATER se dará a partir da discussão e encaminhamentos adotados após auscultar estes coletivos em suas respectivas esferas de competência (BRASIL, 2004, pág.15).

Três anos após o lançamento da Pnater ainda carecemos de pesquisas que informem sobre os resultados das intenções afirmadas por essa política pública. O documento em si é alvo de acalorados debates, principalmente em relação à sua opção por outro enfoque produtivo, aquele inspirado no ideário da agro-ecologia. Consideramos a Pnater tanto uma declaração de princípios quanto uma proposta de agenda à promoção do desenvolvimento. É, obviamente, um documento político,

por isso trata-se de um posicionamento, que elabora uma determinada visão sobre o Estado, o desenvolvimento, o papel da agricultura na promoção do desenvolvimento e, principalmente, o papel dos agentes (públicos e privados) encarregados de sua promoção. Seu poder para orientar mudanças institucionais e ações práticas deve ser analisado a partir de uma série de questionamentos que vêm sendo postos em debate. Elencaremos, a título de conclusão deste trabalho, os principais questionamentos sugeridos por artigos recentemente publicados.

4. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES DAS MUDANÇAS PROPOSTAS

110 A Pnater é uma política pública inovadora em vários sentidos. Principalmente porque propõe mudanças em princípios e instituições historicamente estabelecidos, defendidos por uma categoria profissional organizada como corporação. Mexe também com um *ethos* profissional, um conjunto de habilidades e competências que são legitimadas nas rotinas das organizações que cotidianamente atuam com agricultores (DIAS, 2007). Ao sintetizar críticas à agricultura moderna, a Pnater também reflete enorme imprecisão sobre o papel profissional que o extensionista deve desempenhar atualmente nos processos de promoção do desenvolvimento. Como afirmam Diesel *et al.*

(2006, pág.31), “[...] o extensionista vive hoje um momento crítico, em que diversas forças sociais, nem sempre convergentes, procuram determinar o sentido de sua ação”, resultando no que os autores denominam de “fragmentação da ação extensionista”.

Para Duarte & Siliprandi (2006) a questão é saber quais as condições de operacionalização do discurso elaborado pela Pnater diante das reais condições das organizações públicas de ATER. Além desse limite operacional, para as autoras há uma questão política importante. O sucesso da política também depende de sua “*capacidade de legitimar-se diante de seus principais interessados [...] e de convencer a sociedade e os governos a criarem as condições para que[...] esse tema não seja mais deixado de fora das agendas políticas daqui por diante*”(pág.15).

Dentre os críticos da Pnater, Abramovay (2007) é o mais enfático. Seu artigo tem como foco subsidiar a elaboração de estratégias de avaliação dos serviços de ATER. Para tanto, elabora forte crítica à Pnater. Para ele, a política equivoca-se ao conceber o desenvolvimento rural a partir de uma perspectiva setorial, desconsiderando o fato da crescente desimportância das economias agrícolas para a geração de emprego e renda. Na sua visão, o desafio do profissional extensionista é atuar como um agente de promoção de um tipo de desenvolvimento que envolve não apenas a agricultura familiar e a produção agrícola, mas a articulação com diversos atores sociais, inclusive empresários do agronegócio, para *"atingir objetivos gerais cujos benefícios vão muito além dos interesses estritos dos agricultores familiares"* (pág.8). O setor privado, em seu argumento, tem *"importância decisiva nos rumos do desenvolvimento rural"* (idem, ibdem).

Por outro lado, sobre as organizações representativas da agricultura familiar, chamadas a compor mecanismos de gestão social pela Pnater, pairam dúvidas sobre sua capacidade de superar "práticas corporativas" que historicamente caracterizam tais organizações. Por isso, Abramovay (2007) afirma que a Pnater é um documento *"fortemente influenciado por uma visão corporativista que vê na participação social organizada condição necessária e praticamente suficiente de sucesso na execução de políticas públicas"* (pág.16). Dessa percepção decorre a crença, igualmente equivocada na visão do autor, de que a democratização do Estado, livrando-o das "mãos dos poderosos" ocorreria por intermédio do estímulo à participação popular, por meio de mecanismos representativos e de "orientações doutrinariamente corretas". Por fim, Abramovay (2007) identifica como equivocada a definição da agroecologia como "doutrina oficial de Estado" porque ela não apresenta respostas ao "[...] dilema que envolve, simultaneamente, aumentar a produção agropecuária, elevar a renda dos produtores e preservar o meio ambiente" (pág.9).

Analisando esses textos, percebemos que os fundamentos desse debate estão em concepções distintas sobre o papel do Estado nos processos de promoção do desenvolvimento. Nesse campo há uma miríade de

posições e vários objetos de disputa. Por enquanto, diante da carência de estudos que revelem como a Pnater está se realizando na diversidade de situações concretas que passaram a ser orientadas por seus fundamentos, o debate está na fase de questionamentos gerais, apegados à crítica aos referenciais teóricos e políticos que contribuíram para a elaboração da política. Como afirmado no início desse texto, as políticas públicas elaboram discursos que normatizam e orientam as ações e práticas. A partir desse discurso são construídas análises, interpretações, traduções que conferem capacidade de divulgação do discurso e das propostas que este comunica. O poder de efetivação da Pnater depende de uma complexa rede de interação, na qual interesses podem confluir para a aceitação ou rejeição das propostas colocadas em cena. É no cotidiano das organizações que trabalham com a ATER que será possível verificar o sentido atribuído à proposta de promoção do desenvolvimento rural com foco na agricultura de base familiar, na agro-ecologia e na participação política dos envolvidos na gestão da política. Carecemos, portanto, de uma agenda de pesquisa que nos forneça, a partir de seus resultados, capacidade de argumentar sobre os limites e as possibilidades desta proposta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. *Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural*, XLV, Londrina. *Anais*. Londrina: Sober, 2007.

ALTIERE, M. A.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: Almeida, J., Navarro, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BRANDENBURG, A. Extensão rural: missão cumprida. *Humanas*, Curitiba, n.2, pág.47-58, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores*

familiares e assentados no Brasil. Brasília: Convênio de Cooperação Técnica MDA/FAO, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: MDA, 2004.

BRUNO, R. L.; DIAS, M. M. *As políticas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil*. Brasília: NEAD: Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004. [Relatório de Consultoria]. Disponível em <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=274>. Acesso em: 28 set. 2004

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) face ao difusionismo. *Revista Oikos, Viçosa*, v.18, n.2, pág.11-21, 2007.

DIAS, M. M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. 2004. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, M. M.; DIESEL, V. The brazilian non-governmental organizations' proposal for rural development: a critical assess. World Congress of Rural Sociology, 10., Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 38, *Anais*. Rio de Janeiro: IRSA/SOBER, 2000.

DIESEL et al.

DUARTE, L. M.; SILIPRANDI, E. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. *Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, VII, Quito. *Anais*. Quito: Alasru, 2006.

FARIA, C. A. P. Idéias, conhecimentos e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Campinas, v.18, n.5, pág.21-30, fev. 2003.

FECAMP. Fundação de Economia de Campinas. *Estudo de caso em campo para a avaliação dos impactos do Pronaf*. Campinas: Brasília:

FECAMP/Convênio PCT-IICA, 2002.

GARCIA JR., A. *O Sul: caminho do roçado*_ Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília: Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LEAL, M. G. F. S.; BRAGA, G. M. Orientação institucional e currículo: a gênese do ensino de extensão rural na Universidade Federal de Viçosa. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.2, pág.269-286, 1997.

LUZZI, N. Agricultura familiar e negociações internacionais. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n.29, pág.8-13, out./dez. 2005.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Planejamento e Políticas Públicas*, v.1, n.3, pág.3-44, jun., 1990.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência*_ a questão política no campo. 3ª ed. rev. e aumentada. São Paulo: Hucitec, 1991. (Ciências Sociais, 10).

MASSELLI, M. C. *Extensão rural entre os sem-terra*. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 1998.

MÜLLER, G. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989.

OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.14, n.1, pág.113-154, 1997.

ROMANO, J. O.; BUARQUE, C. M. *Crédito e gênero no Nordeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

SEN, A. *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, n.16, pág.20-45, jul./dez. 2006.